

Sobre o desenvolvimento de um Projeto de Banco de Dados voltado à um escritório de advocacia

Eduardo Albuquerque Ribeiro¹, Hélio Toshio Kamakawa¹

¹Instituto Federal do Paraná - Campus Paranavaí (IFPR)
Paranavaí – PR – Brasil

eduardoribeiro.advg@gmail.com, helio.kamakawa@ifpr.edu.br

Este é um relato da experiência didática do desenvolvimento de um projeto de banco de dados elaborado na disciplina de Banco de Dados I do curso superior de Engenharia de Software. O projeto se trata de um software para acompanhamento de processos novos e pré-existentes em um escritório de advocacia, cujo objetivo é o de viabilizar uma melhor organização, atualizações constantes, reduzir o ruído e a possível perda de informações, bem como gerar valor ao usuário. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo solucionar a problemática por meio da criação de um software.

Para tanto, desenvolveu-se o projeto utilizando o modelo conceitual de Diagrama Entidade-Relacionamento (DER), *"também conhecido como Diagrama Entidade-Relacionamento, é um modelo de dados abstrato que descreve a estrutura de um banco de dados independente de sua implementação"* [Cayres 2015]. Tal diagrama se encontra disposto por meio de imagem neste mesmo estudo.

Além da utilização do DER, também houve a necessidade de se aplicar as normalizações, estas visam reduzir a quantidade de dados redundantes, pesquisas demoradas e outros possíveis problemas. De acordo com Teorey (2014), o ato de normalizar é realizando quando há uma compreensão sobre como se dão os relacionamentos entre as tabelas e para que não ocorram problemas, as tabelas são divididas em outras menores visando a prevenção de tais erros.

Ainda que hoje todo os procedimento judicial se dê no meio virtual, ainda ocorrem situações que impedem o pleno funcionamento de um escritório. O acesso aos sistemas do judiciário se dá em caráter individual, necessitando de *tokens* de acesso e verificação de dois fatores¹. O que se mostra como uma medida segura, porém, que por muitas vezes não consegue se adequar a realidade.

De forma frequente, grandes escritórios se utilizam de assessores para auxiliar na elaboração de peças processuais e afins. Além disso, o contato com clientes por muitas vezes pode ser resumido a uma informação junto ao atendimento ao público. Sendo assim, o compartilhamento da chave de acesso pessoal do advogado e somado a permissão para uso do aplicativo de autenticação, não se mostra como uma medida segura, ainda que o seu compartilhamento se dê com funcionários do próprio escritório.

Para tanto e levando-se em consideração quais acessos deveriam ser dados para cada um dos usuários, visto que o acesso não se daria apenas pelo advogado, notou-se a possibilidade de se desenvolver o Diagrama de Entidade-Relacionamento, que segundo PAVON et al (2018), é o modelo que traz consigo as informações pertinentes as entidades

¹Projudi passará a requerer dos usuários a autenticação em dois fatores. Disponível em: <https://bit.ly/3CAJjVt>

e atributos do sistema, sendo considerado como uma das técnicas mais empregadas por quem é atuante na área.

Conforme ilustra a Figura 1, por meio do DER é possível identificar as entidades e seus relacionamentos, bem como os campos existentes em cada uma delas. Nota-se que é possível realizar buscas no sistema englobando todas as entidades, vez que as associações existentes entre elas permitem obter a maior quantidade de dados possíveis. Tal ocorrência se deu de forma proposital, vez que é indispensável que um advogado tenha a maior quantidade de dados possíveis acerca de seus clientes.

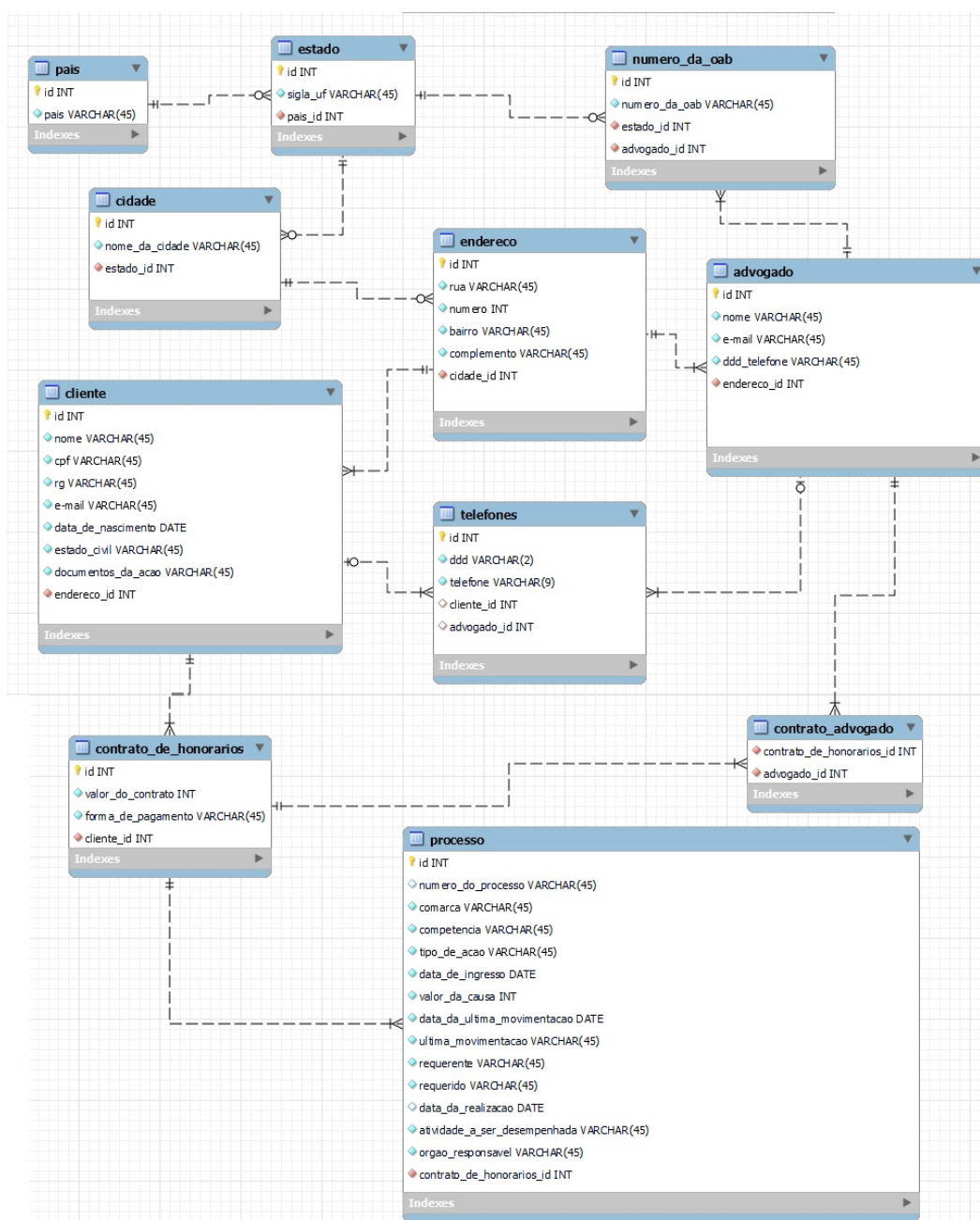


Figura 1. Diagrama Entidade-Relacionamento

A elaboração de um sistema focado apenas na relação cliente-advogado, tendo o

contrato de honorários e o processo como figuras centrais traz à tona o fato de que para adquirir a licença ou acesso a um sistema com estas características é, por vezes, muito dispendioso e acaba por elitizar ainda mais uma profissão que possui um *status* de pouco acessível.

Para que uma solução com mais funcionalidades e outros setores pertinentes a um escritório - financeiro, administrativo, etc. - seria necessário maior tempo e mais pessoas engajadas no desenvolvimento, bem como a cooperação daqueles que seriam os eventuais interessados, os advogados. Desta forma, o projeto ainda não se encontra completamente finalizado, vez que futuros ajustes deverão ser aplicados e novas funcionalidades serão adicionadas a fim de que seja possível utilizar o programa em situações reais.

Referências

- Cayres, P. H. (2015). *Modelagem de banco de dados*. RNP/ESR, Rio de Janeiro.
- Pavon, G. F. J., Gomes, M. A., Éboli, D., and Bissaco, M. A. S. (2018). Interface para acessibilidade de alunos cegos na construção de um diagrama de entidade relacionamento (der) em banco de dados: Modelagem conceitual. *Revista Científica UMC*, 3(3).
- Teorey, T. J., Lightstone, S., Nadeau, T., and Jagadish, H. (2014). *Projeto e modelagem de banco de dados*. Elsevier, Rio de Janeiro, RJ 2.ed.
- TJPR (2021). Projudi passará a requerer dos usuários a Autenticação em Dois Fatores . Disponível em: <https://bit.ly/3CAJjVt>.